

# EVANGELIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO TESTEMUNHO: FUNDAMENTOS E HISTÓRIA

Enir Cigognini<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo que segue é parte integrante de um trabalho de conclusão de Teologia, em 2006. Ele faz um resgate do conceito de testemunho, vinculando seu significado à dimensão missiológica da Igreja; em um segundo momento, resgata alguns fatos relevantes sobre a História da Evangelização desde as origens até a chegada do Evangelho de Jesus no Brasil.

**Palavras-chave:** Testemunho. Evangelização. Igreja. Missão.

## 1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente artigo integra o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Teologia, do ano de dois mil e seis. Nesta parte, primeiramente foi realizada uma investigação sobre o sentido etimológico da palavra testemunho, a seguir delineou-se os aspectos fundamentais em relação às raízes bíblico-teológicas.

Em segundo lugar empreendeu-se a desafiadora missão de apresentar uma síntese da História da Evangelização. Desafio enorme, já que a história da evangelização se confunde com a História da Igreja. Contudo, fez-se um sobrevoo ressaltando momentos e personagens importantes dos períodos históricos Antigo, Medieval, Moderno e Contemporâneo, com um aspecto particular do início da evangelização no Brasil.

## 2 O QUE É TESTEMUNHAR<sup>2</sup>

Sempre e de muitas formas a Igreja se empenha em ser testemunha de Jesus Cristo Caminho Verdade e Vida (cf. Jo 14, 6). Para procurar o sentido desta expressão é necessário garimpar a partir do conceito de evangelização, pois o testemunho pode ser compreendido na senda da evangelização. Mas, o que é mesmo testemunho? O que é evangelizar?

---

<sup>1</sup> Professor nos cursos de Filosofia e de Teologia da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: filoenir@gmail.com

<sup>2</sup> O texto aqui apresentado é parte do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Teologia, concluído em 2006. Foram feitos pequenos ajustes para organizá-lo no formato de artigo, sem maiores revisões.

## 2.1 O QUE É EVANGELIZAR?

Ao longo de seus mais de dois milênios de existência a Igreja de Jesus Cristo esforça-se por evangelizar os seres humanos de todos os tempos, de todos os lugares e de diversos modos, mas, o que é mesmo evangelizar?

Com certeza, o próprio papa Paulo VI ao escrever a Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*” (EN) deixa claro que não é fácil definir a Evangelização sem o risco de mutilá-la. Isso, no entanto, não significa que seja impossível colocar alguns elementos que possam, ainda que de forma imperfeita, defini-la. Na própria *Evangelii Nuntiandi* o papa apresenta uma excelente definição do que seria propriamente evangelizar: “Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude...” (EN 18). Em outras palavras, evangelizar é anunciar Jesus Cristo.

A partir daí pode-se fazer a seguinte indagação: de que forma se pode anunciar Jesus Cristo? Será o testemunho uma forma de evangelização?

A seguir serão procuradas as raízes do conceito de testemunho, bem como o significado que será assumido, na presente síntese teológica.

## 2.2 TESTEMUNHO

Procurar-se-á buscar o sentido da palavra, seu significado, bem como suas raízes e ocorrências bíblicas.

No dicionário de conceitos fundamentais de teologia o teólogo Jean Pierre-Jossua que assina o artigo acerca do vocábulo, apresenta dois aspectos significativos para dar o significado do vocábulo: semântico e teológico:

Para conceituar, o autor apresenta a semântica da palavra. Inspirado na distinção feita por Paul Ricoeur afirma Jean que existem três sentidos que permitem compreender o conceito de testemunho: a) o quase-empírico, trata-se da testemunha ocular, que viu e ouviu e agora narra, diz seu testemunho; b) o sentido jurídico, quando alguém testemunha num processo em favor de outro; c) o sentido ético, quando a ênfase se desvia para a própria testemunha por estar ela, de tal modo, unida ao testemunho por ela dado. É o caso dos mártires. Este último está em contradição com o primeiro, segundo Jean, pois já não se trata mais de falar sobre algo ou alguém, mas, agir por uma convicção interior (EICHER, 1993, p. 926).

Em seguida é apresentado o sentido teológico para testemunho. Assim Jossua define: “há que se entender aqui por ‘testemunho’ aquela espécie de transmissão do Evangelho, na qual o crente/fiel não toma a iniciativa de falar a outros, mas se apresenta como homem/mulher, cuja vida e modo de considerar o mundo e os homens é de tal índole que as pessoas lhe vêm perguntar acerca do fundamento em que se apóia sua existência: a descoberta de Deus em Jesus Cristo” (EICHER, 1993, p. 927).

### **2.2.1 O testemunho no Antigo Testamento**

A sagrada escritura é a alma da teologia e uma das fontes privilegiadas da Revelação. Deste modo é importante buscar na Escritura a ocorrência da palavra testemunho, assim como ver o significado para cada um dos dois testamentos.

A Palavra testemunha (‘ēd) aparece 67 vezes no Antigo Testamento, ela deriva da raiz ‘ūd que significa também voltar, repetir, tornar a fazer (HARRIS; ARCHER JÚNIOR; WALKE, 1998, p. 1083).

Em várias passagens a escritura veterotestamentária emprega este termo, ora para expressar alguém que tem conhecimento sobre algo e pode testemunhar sobre o que sabe, tratar-se-ia aqui de um uso mais jurídico, ora para designar o próprio povo de Israel como uma testemunha de Deus (Is 43, 9-10). Em outras passagens a palavra testemunho é utilizada para designar o própria Arca da Aliança como o testemunho de Deus (HARRIS; ARCHER JÚNIOR; WALKE, 1998, p. 1084). A literatura profética apresenta o povo como testemunha escolhida por Deus: “As minhas testemunhas sois vós – oráculo de lahweh - vós sois o servo que escolhi” (Is 43, 10). Há aqui, segundo Jean Pierre-Jossua uma característica que chama a atenção, o testemunho tem uma origem transcendente. Significa dizer que a testemunha não se apresenta por iniciativa própria, mas por um envio de Deus (COENEM & BROWN, 1993, p. 927).

### **2.2.2 O testemunho no Novo Testamento**

Aparece nos escritos neo-testamentários o vocábulo grego ‘*μαρτυρία*’ (martyria) que significa literalmente testemunho, daí vem ‘*μαρτυρέω*’ (martyreō) martírio, ou seja, dar testemunho. Esta expressão cresce em significado para a

teologia bíblica do Novo Testamento. Este vocábulo ocorre com maior frequência nos escritos joaninos (evangelho e cartas). Embora ele mantenha o caráter jurídico peculiar ao Antigo Testamento, assume, em alguns casos, novos aspectos, como por exemplo, quando nos escritos joaninos “testemunho é testificar Cristo” (COENEN & BROWN, 2000, p. 2510). A testificação de Cristo é realizada não apenas com as próprias forças, mas com a força do Paraclito que vigorosamente impulsiona para fazê-lo.

Como acima se falou, pode-se perceber agora que o conceito ético vai adquirindo uma importância cada vez maior, passando por Paulo e pelos sinóticos e chegando aos escritos joaninos, com isso torna-se palpável o fato de que “o testemunho repousa menos sobre fatos contingentes do que sobre o sentido básico da existência humana, à qual o próprio Deus apresenta-se como parceiro de diálogo” (EICHER, 1993, p. 927), ou seja, é o existir da pessoa que é o próprio testemunho. Isso, no entanto, não exclui o fato de que os discípulos continuam sendo testemunhas oculares.

Na perspectiva neo-testamentária o testemunho vai além de palavras, precisa de atos, de um empenho total que é uma característica essencial do testemunho. Este pode chegar ao caso extremo da doação da própria vida no seguimento do Mestre, que também foi profeta e mártir assassinado pelo seu testemunho (Jo 15, 20), desta maneira, não há testemunho fiel sem perseguição (EICHER, 1993, p. 927).

Ainda do Novo Testamento, a primeira carta de Pedro ressalta o aspecto comunitário do testemunho, “a comunidade é origem e apoio da fé, que só pode ser confessada também pessoalmente porque a confissão de fé é pronunciada pela voz uníssona da comunidade eclesial” (EICHER, 1993, p. 927).

Depois de tais considerações é oportuno verificar como o judaísmo, no seio do qual surge o Antigo Testamento, e o cristianismo, ao qual se destina o Novo Testamento, compreendem o testemunho.

### **2.2.3 A missão nos seus aspectos bíblicos**

O termo evangelização muitas vezes aparece como sinônimo de missão, já que o missionário é um enviado para anunciar o evangelho. O objetivo não é estabelecer paralelo ou mesmo diferenciar tais conceitos, por isso eles serão

empregados com o mesmo sentido, assim, o missionário é um evangelizador por natureza. Considera-se agora a forma como judaísmo (Antigo Testamento) e cristianismo (Novo Testamento) compreendem sua missão, como isso aparece nos escritos de cada testamento.

### 2.2.3.1 A missão no Antigo Testamento

O judaísmo não foi uma religião propriamente missionária. Do Antigo Testamento sobressai, sobretudo nas narrações das vocações proféticas, a idéia de um Deus que envia. Com os profetas surge a esperança de que um dia todas as nações se convertam ao Deus único. Aparece também na literatura posterior ao exílio a figura do prosélito, aquele que se tornou judeu (LACOSTE, 2004, p. 1153).

Existem no Antigo Testamento várias referências ao aspecto missionário do povo Hebreu diante dos outros povos como relata o livro do profeta Isaías “também te estabeleci como luz das nações, afim de que a minha salvação chegue até as extremidades da terra” (Is 49, 6). O fato de o judaísmo não ser uma religião propriamente missionária não significa que ele não se difundisse, isso se dava, sobretudo através do comércio, das conquistas armadas, dos casamentos e das alianças (POR UMA IGREJA TODA MISSIONÁRIA, p. 20).

### 2.2.3.2 A missão no Novo Testamento

A literatura neotestamentária vê Jesus como o enviado de Deus. Ele é enviado primeiramente a Israel, porém, a missão de Jesus tem um caráter universal, isso fica patente quando ele se relaciona com pagãos, senta à mesa com os pecadores, toca o leproso. Os próprios discípulos são enviados durante seu tempo de seguimento (antes da Páscoa) (LACOSTE, 2004, p. 1153).

Após a Páscoa de Jesus os apóstolos novamente são enviados, entretanto, o início se dá efetivamente após Pentecostes. O dom do Espírito Santo de Deus é a força motora da missão. Os Atos dos apóstolos narram o acontecimento de Pentecostes, o início da atividade missionária, bem como os primeiros passos da Igreja. Nessa narração, merece lugar de destaque o apostolado de Paulo de Tarso que é o grande defensor e evangelizador dos pagãos diante de uma tendência judaizante presente no interior da Igreja nascente (LACOSTE, 2004, p. 1153).

## 2.3 O TESTEMUNHO QUE EVANGELIZA AO LONGO DA HISTÓRIA

A história da evangelização se confunde com a história da própria Igreja. Desde a sua fundação a Igreja de Jesus não cessa de anunciar o evangelho. Independentemente dos meios utilizados ao longo dos séculos, não é do interesse da presente síntese analisar tal história, mas, realizar um sobrevôo sobre alguns temas ou momentos mais importantes da história da evangelização. Assim, o objetivo desta síntese é mostrar em vários períodos históricos como se deu o anúncio explícito da Boa Nova da Salvação. Ou seja, não será feito um tratado acerca da História da Igreja.

### 2.3.1 O testemunho de Jesus Cristo como efusão do sangue

O período chamado Patrístico ou Antigo da história da Igreja é um período de afirmação do cristianismo enquanto religião, ao mesmo tempo, pleno de um modo muito peculiar e radical de testemunho, o do seguimento de Cristo até a efusão do sangue. Nesse período o cristianismo inicia um processo de crescimento. Os cristãos são perseguidos de muitas formas, tanto com atitudes violentas, quanto com literaturas de oposição.

Trata-se do final do primeiro século, quando o cristianismo se volta para o ocidente com maior vigor e aproveitando os meios que eram disponibilizados pelo Império Romano (COMBY, v. I, 1996, p. 21).

Surgem grandes figuras que mais tarde foram chamados Padres (pais) da Igreja. Primeiramente os Apostólicos, aqueles que tiveram contado direto com os apóstolos; depois os Apologistas, em geral cristãos de origem grega que procuravam defender a fé contra os ataques tanto provenientes do judaísmo quanto do paganismo. Começa a surgir uma literatura cristã para apresentar e defender o cristianismo diante de uma cultura predominantemente pagã. Um belo exemplo dessa espécie de literatura é a carta a Digneto, nela o autor apresenta a importância dos cristãos para a vida do mundo, mostra também que a vida dos cristãos não se distingue pela região em que habitam, nem pela língua ou pelos costumes, distingue-se sim pelo seu comportamento, por fim, a carta afirma que os cristãos no mundo são como a alma no corpo. Podem-se observar ainda muitos elementos nas cartas de Policarpo de Esmirna, entre outros.

Percebe-se assim, que a missão assume um caráter não apenas de propagação da fé (embora a expansão continue), mas também de defesa da mesma.

Do período patrístico, pode-se destacar o surgimento de uma valorização e exaltação do seguimento de Cristo através do Martírio (vale lembrar que a palavra *martyria* significa testemunho) e da Virgindade que passam a ser formas privilegiadas de fidelidade e configuração a Cristo.

O período inicial da história da Igreja é marcado pelo grande número de mártires. O termo 'mártir' deriva do grego 'martyrs' que significa literalmente 'testemunha', teologicamente passou a designar a pessoa que tenha testemunhado Cristo e sua doutrina, sacrificando a própria vida (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 895).

Os três primeiros séculos da era cristã, quando o cristianismo, aos olhos do Império Romano, não passava de uma seita, conseqüentemente, era considerada religião ilícita é a época clássica do martírio (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 895).

Os sofrimentos e a morte do mártir são, para os primeiros cristãos, manifestações da força da ressurreição, pois, nos mártires, Cristo sofre e vence a morte. O martírio também é compreendido como valor propiciatório, pois, tanto os seus pecados, quanto o de outros, são cancelados pelo "batismo de sangue" (Tertuliano). Os mártires intercedem pelo povo, visto que, estão junto de Deus (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 895).

Neste período o martírio é considerado o valor supremo da perfeição cristã (SECONDIN, 1994, p. 116).

Embora o martírio seja o vértice da perfeição cristã, o cristão, assim como Cristo, não procurava o perigo para tornar-se mártir, do contrário, se possível, até o evitava. O mártir não é um simples herói, visto que, busca a glória de Cristo não a sua própria. A grandeza do mártir não reside no fato de buscar a morte e o sofrimento, mas sim, na serenidade com que enfrenta seu próprio fim, pois, confia na Graça Divina e não em suas potencialidades e resistências. "O mártir é um lugar teológico para a Igreja, um lugar epifânico de Deus" (MONDONI, 2000, p. 32).

O culto aos mártires será a expressão da piedade cristã que está centrada na cruz gloriosa de Cristo, considerada como dom gratuito de Deus (SECONDIN, 1993, p. 116).

O evangelista João escreve ‘ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos amigos’ (Jo 15, 13). Desta mesma maneira, o martírio é o maior ato de amor e constitui-se no caminho mais nobre para a santidade. Com sua morte, o mártir é consagrado e unido ao Verbo encarnado, ele se transforma na imagem do Mestre (DICIONÁRIO DE ESPIRITUALIDADE, 1989, p. 702).

Outra dimensão importante da vivência radical do seguimento de Cristo no período Patrístico é a Virgindade. Por Virgindade entende-se uma forma ou gênero de vida que consiste na renúncia total ou exercício da sexualidade (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 1419).

Para Tertuliano, há uma dupla integridade física a ser preservada: a ‘*nativitate*’ (desde o nascimento) e a ‘*lavacro*’ (desde o Batismo). Para ele o homem, com a castidade torna-se semelhante a Deus, já que é sua imagem (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 1419).

A vivência da Virgindade se dava no mundo através de um grupo de pessoas, reconhecidas pela Igreja. Mais tarde, os mosteiros tornar-se-ão o lugar propício para acolhe virgens e ascetas (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 1419).

Santo Ambrósio, assim como os outros Santos Padres, reivindica uma dimensão de natureza interior e espiritual para a virgindade cristã, que é abraçada por amor a Deus. O que é diferente das Vestais (forma de virgindade temporária própria do paganismo), pois, este é um fato puramente físico (DICIONÁRIO PATRÍSTICO, 2002, p. 1419).

Aquele que vive de maneira casta, segundo Clemente Romano, não se envaidece, pois sabe que tal vivência é um dom recebido de Deus (MONDONI, 2000, p. 33).

A prática da virgindade tem um caráter apologético, pois, prova a dignidade da religião cristã diante de toda uma cultura pagã (MONDONI, 2000, p. 33).

Martírio e virgindade são duas formas que anunciam de maneira implícita a Boa Nova do Reino. Tanto o mártir que enfrenta a morte, derrama seu sangue por causa de Cristo, assim como quem se consagra totalmente na renúncia de si mesmo, anunciam o evangelho tanto quanto os pregadores nos seus púlpitos, mais do que isso, fundamentam e dão credibilidade ao próprio anúncio explícito.

Pertence a este período o florescimento da vida monástica. Isso se dá em grande parte pela proclamação do cristianismo como “*religio licita*” pelo Imperador Constantino em 313. Diante disso, o martírio já não é tão comum, desta maneira



começa a surgir um ideal de vida que também foi chamado “*fuga mundi*”, ou seja, retirar-se do mundo para viver a radicalidade do evangelho. Surge assim, a vida eremítica (vida solitária no ermo = deserto) da qual se destaca Santo Antão; a vida cenobítica (comunidade de eremitas), da qual se destaca Pacômio. Basílio é o responsável por trazer à cidade a vida cenobítica e, mais tarde, Bento de Núrcia traz o monaquismo para o ocidente.

Deve-se ter em mente “que o movimento monástico cristão encontra seu fundamento no radicalismo do Evangelho e mais particularmente nos ideais ascéticos da Sagrada Escritura” (SECONDIN & GOFFI, 1994, p. 121). A vida monástica, embora compreendida como fuga do mundo, não busca fugir e eximir-se do mundo como ingenuamente se poderia pensar, trata-se sim de uma consagração total e de um grandioso esforço por viver a radicalidade do evangelho, dando testemunho da primazia do Reino de Deus sobre tudo o mais. Esses monges ‘gritam’ com seu silêncio e solidão a força viva do Evangelho, cantam as maravilhas do Reino que já está aqui e virá definitivamente.

São Bento, considerado o pai do monaquismo beneditino ocidental, busca “superar as angustiantes austeridades do ascetismo monástico oriental e codificar um estilo de vida no qual as instâncias do homem se integram com as da vocação cristã” (SECONDIN & GOFFI, 1994, p. 121).

Os primeiros séculos do Cristianismo são marcados pelas definições em matéria de fé, basta apenas citar o concílio de Nicéia em 325 que definiu a data da Páscoa e a natureza de Jesus (o concílio afirmou que Jesus é da mesma natureza do Pai). Em 380 o Imperador Teodósio declara o cristianismo Religião Oficial do Império. No período que vai do ano 300 ao 500 surgem os grandes escritos Patrísticos, destacam-se sobretudo Jerônimo que empreendeu uma árdua missão de traduzir a bíblia para o latim, entre tantos nomes como Ambrósio, Agostinho, João Crisóstomo, Basílio, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nissa. Grande parte destes, foram intrépidos pregadores, lutaram para defender e promover o cristianismo, muitos sofreram o martírio, foram exilados várias vezes como João Crisóstomo, assim chamado pelo magnífico dom de pregar que possuía.

Com tantos nomes importantes e a estrutura imperial a seu dispor a Igreja cresce muito e espalha-se por todas as regiões dominadas pelo Império. Inicia-se assim, um período que ficou conhecido como Idade Média. Período caracterizado

pelo crescimento da Igreja e aquisição de prestígio e poder. Um período de sombras e luzes como será mostrado.

### **2.3.2 O testemunho entre o trono e o altar**

Marcam os primeiros cinco séculos do período Medieval (do ano 500 ao 1050), duas grandes empresas missionárias. A primeira promove o encontro entre a cultura cristã com os a cultura bárbara; a segunda refere-se a uma 'onda' de missionários anglo-saxões com destaque para Bonifácio e Carlos Magno que colocam as premissas para a formação de um ocidente cristão<sup>3</sup>.

A Idade Média é inicialmente marcada pelo movimento de povos chamados bárbaros. Eles deslocam-se pela Europa Ocidental, provenientes da região nordeste. Alguns autores acreditam que o deslocamento dessas populações se deve ao fato de que sempre foram nômades, outros ainda, acreditam que vinham em busca de riquezas. Os visigodos são os primeiros a chegar. Os Bárbaros, em 410, comandados pelo rei Alarico, chegam a Roma (a cidade eterna) e ocupam-na. Este fato marca o início da destruição do Império Romano. Nos anos posteriores ocorrem muitas invasões e saques na cidade. Muda radicalmente o rosto de uma cultura 'toda ela' cristã. Outro detalhe importante é que a maioria dos reinos bárbaros aí estabelecidos era de fé ariana, por influência da corte de Constantinopla. O rei Clodoveu não aceita a proposta de unir os reinos bárbaros sob um único comando e sob a fé ariana. Ele se faz batizar em 496, em Reims, juntamente com todo o seu reino.

O papado, na ausência de poder civil centralizado, passa a assumir também este papel e adquire um poder de aspecto político-religioso.

Muitos bispos, dentre eles Martinho de Tours e Cesário de Arles lutaram vigorosamente para manter um forte ardor missionário em suas sedes episcopais, com isso, gradativamente foram difundindo a fé entre os bárbaros. Embora o fato do rei Clodoveu ter aberto a porta para a difusão da fé noutros povos de origem bárbara, ainda faltava muito, basta imaginar o povo que se 'converteu' à fé por causa de seu rei, Clodoveu!

---

<sup>3</sup> O que se refere à Idade Média, encontra sua referência nos subsídios do Prof. Dr. Pe. Aldo Sérgio Lorenzoni, nas aulas por ele ministradas em 2005 no Instituto de Teologia Paulo VI, da Universidade Católica de Pelotas

A Irlanda, por exemplo, nunca foi conquistada pelo Império Romano, os missionários, no entanto, estiveram lá e lançaram as sementes do evangelho nas terras daquele povo de origem Celta. O grande evangelizador da Irlanda foi São Patrício. Ele estivera na Irlanda como escravo, libertado mais tarde fez-se monge e voltou para ali anunciar o evangelho. Quando faleceu São Patrício, toda a Irlanda já era cristã. Ela estava organizada em clãs, cada clã possuía seu mosteiro com seu abade que eram estimados pelo povo. A vida nos mosteiros floresce e logo esses monges assumem a responsabilidade pela evangelização da Europa. Delineia-se assim, um cristianismo ardoroso que foi traduzido por um incrível zelo missionário, seu lema era “peregrinar por Cristo”. Como eram missionários itinerantes e não permaneciam muito tempo num lugar, sua pregação assumiu um caráter querigmático com a ausência de uma catequese mais profunda.

A própria Grã Bretanha é evangelizada pelos monges irlandeses, já que o catolicismo havia desaparecido devido às invasões bárbaras. É interessante como os primeiros cristãos deste país assumem para si a tarefa da evangelização da Europa Ocidental logo após a missão irlandesa. Um grande nome deste acontecimento é Vinfrido Bonifácio nascido em 672. É um combatente contra as heresias e superstições populares, é célebre o fato de ele ter derrubado o ‘carvalho de Donar’ um centro de culto idólatrico da região. Bonifácio funda muitos mosteiros, centros de vida cultural e litúrgica, tanto masculinos quanto femininos, é o primeiro a intuir o potencial feminino na evangelização, por isso, faz vir da Inglaterra Santa Lioba que é abençoada como abadessa de um mosteiro feminino. Foi ele, também, o grande responsável pela aproximação do papado com o reino dos francos.

O período medieval também é marcado pelo surgimento de uma nova religião que será até os dias de hoje um problema para a Igreja: o islamismo. No século VII a Arábia é como que uma encruzilhada de civilizações e religiões, há, segundo a tradição, os *hanifs* que seguem um monoteísmo primitivo. Há também a presença de comunidades cristãs e judaicas, no entanto, a maior parte do país é pontilhado de tribos nômades que eram politeístas e estavam frequentemente em guerra entre si. A cidade de Meca, com sua pedra negra (a Kaaba), atrai os árabes por suas feiras e peregrinação (COMBY, 1993, p. 120 – 121).

Por volta de 610 Maomé inicia a proclamação de uma mensagem recebida do céu. Trata-se do julgamento divino que é iminente. Proclama também que há um só Deus “ao qual o crente (muçulmano) deve uma submissão (Islam) absoluta”

(COMBY, 1993, p. 120 – 121). Ele é o último de uma longa série de profetas que passa por Abraão e Jesus. Maomé tem a missão de restaurar na Arábia o monoteísmo, bem como dar ao seu povo em sua própria língua o Livro (Corão), isso deixará seu povo em pé de igualdade com os demais povos. As pessoas de sua tribo não aceitam sua pregação, com isso, Maomé foge para de Meca para Medina em 622. Esta data marca a Hégira (o início da era muçulmana). Como não consegue reunir os cristãos e judeus, em seguida, Maomé entra em conflito com eles, proclama a nova religião universal, unifica as tribos árabes e retorna triunfalmente para Meca em 632 (COMBY, 1993, p. 121 – 122).

Em pouco tempo os árabes constituem uma força militar nova e se lança em conquistas fulminantes. Lutam com muito entusiasmo, da mesma forma aceitam a morte que é vista como esforço para seguir o caminho de Deus (djihad – frequentemente chamada guerra santa). Seguindo suas conquistas, em 638 conquistam Jerusalém, ao mesmo tempo em que conquistam a Síria e a Palestina, em 642 conquistam Alexandria e a Pérsia em 651. Ao final do século é a vez da África do Norte. Em 670 fundam Cairuão, em 698 tomam Cartago e em 711 conquistam a Espanha, a partir disso, o islamismo revela-se como grande inimigo dos cristãos (COMBY, 1993, p. 121 – 122). A partir disso tem início uma luta cultural e bélica entre cristãos e muçulmanos. Do confronto com os muçulmanos surgem as Cruzadas na busca de conquistar a Terra Santa garantindo a peregrinação dos cristãos até lá.

No período Medieval destaca-se ainda o papel do imperador Carlos Magno que unificou o Império do Ocidente sob seu cetro.

Pertence ainda à Idade Média um dos momentos mais nebulosos e sombrios da história da Igreja. Trata-se de uma luta pelo poder temporal dentro da Igreja. Famílias importantes começam a buscar espaço na hierarquia eclesiástica e transformam o papado em objeto de cobiça. Junte-se a isso a depravação moral. Para se ter uma idéia, pertence a este período o julgamento do cadáver do papa Formoso, pelo seu sucessor Estevão VI, bem como a eleição de Otaviano aos dezessete anos que toma o nome de João XII.

Surge ainda, em 1170 a heresia dos valdenses. A Igreja reage a estes e a muitos outros com julgamentos encabeçados pelo Santo Ofício (Inquisição). Muitos foram à fogueira, não apenas por questões religiosas, mas, sobretudo, por interesses políticos e econômicos.

Este momento, talvez o mais sombrio é muitas vezes o fato que leva muitos historiadores precipitados a caracterizarem o período Medieval como o período das trevas. No entanto, como acima se afirmou é um tempo de sombras, mas também de luzes. Por isso, surgem desejos de reforma. O grande centro irradiador desse desejo é o mosteiro de Cluny.

A Igreja vê florescer por obra do Espírito de Deus as chamadas Ordens Mendicantes. Destacam-se aqui as figuras de Francisco de Assis (fundador dos Franciscanos) e Domingos de Gusmão (fundador dos Dominicanos), homens estes que viveram a radicalidade do Evangelho.

São Domingos procura responder a uma necessidade de seu tempo, diante do crescimento da heresia dos cátaros. Ele funda uma ordem destinada à pregação com forte ênfase no estudo teológico. Preocupado com o perigo do intelectualismo ele ensina que o pregador deve dizer coisas justas, santas e boas. “No entanto, fará tudo isso, mais com a ‘piedade das orações’ do que com uma eloqüente oratória [...] Por conseguinte, ele [o pregador] será um homem que reza, antes de ser alguém que fala, eloqüentemente das coisas sagradas” (SECONDIN & GOFFI, 1994, p. 131). Fica clara a preocupação de São Domingos, que o anúncio das verdades do Evangelho não se perdesse em meio e eloquentíssimos discursos vazios, por isso, é preciso rezar, viver, para então anunciar.

São Francisco de Assis, por sua vez, depois de uma vida que pode ser considerada depravada, ‘abandona o mundo’ e faz voto de pobreza, obediência e castidade. “Alguns companheiros uniram-se a ele para pregar, mais com o testemunho da própria vida do que com a palavra, a mensagem do Evangelho em sua integridade radical [...]” (SECONDIN & GOFFI, 1994, p. 132).

Ao falar do franciscanismo, trata-se de considerar mais um estado de espírito do que de uma doutrina orgânica de espiritualidade. Francisco buscou acordar uma Igreja adormecida em berço dourado, mostrando-lhe um “exemplo vivo de cristianismo vivido na pobreza e na humildade” (SECONDIN & GOFFI, 1994, p. 132).

### **2.3.3 A missão e a descoberta do mundo**

O período chamado Moderno é caracterizado por um grande impulso missionário. Inicia-se com as Grande Navegações e suas “descobertas” no século XV. Com isso, surge toda uma nova realidade antes no máximo imaginada. Com as

grandes navegações e expressivo comércio que se estabelece com as colônias, os missionários são enviados em nome dos colonizadores, e, com isso, difundem a fé em terras ainda mais distantes. Isso nem sempre foi positivo para a Igreja, pois, em muitos casos a fé foi imposta pelas armas e em outros, auxiliou a dominação e a escravidão de povos inteiros. É um período marcado por divisões no seio da própria Igreja.

A Igreja passa por momentos sombrios, em parte pela decadência moral. Muitos se revoltam contra a mesma. Lutero inicia por protestar contra a venda de Indulgências, em seguida recebe o apoio dos príncipes alemães que não estão gostando do fato de as riquezas fugirem da Alemanha para Roma. Surgem várias rebeliões como a dos Cavaleiros, bem como a dos Camponeses, eles destroem igrejas e ocupam as terras da Igreja. O Conflito com Lutero aumenta e torna-se insolúvel. Lutero é excomungado, casa-se com uma ex-religiosa.

Surgem outras cisões na Igreja. Zuínglio propõem um caminho de reforma diferente de Lutero, embora em muito concorde. Calvino prega um cristianismo no qual Deus não é misericordioso e o batismo não apaga o pecado original.

Henrique VIII quer que o papa anule seu casamento com Catarina de Aragão, pois, o monarca quer unir-se em matrimônio com Ana Bolena. Diante da recusa do sumo pontífice, declara-se chefe da Igreja Inglesa e retira toda a autoridade papal de seu território.

A Escócia, por sua vez, não aceita a Igreja Anglicana ('fundada' por Henrique VIII), mas, aceita a reforma, surgindo assim a Igreja Presbiteriana. Surgem também os anabatistas (negam o batismo de crianças), eles chegam a fundar um Estado autônomo em Münster.

Em resposta a Igreja realiza o que ficou conhecido como Contrarreforma. É convocado um Concílio em Trento no ano de 1545. Este Concílio vai até 1551. O mesmo é reconvocato em 1560, reaberto em 1562 e encerrado em 1563. Fixa-se com ele a doutrina dos sacramentos, fez-se um tratado sobre a fé e a reforma eclesiástica. O Concílio defendeu ainda que a missão da Igreja é zelar pelas duas fontes de inspiração: Bíblia e Tradição; a Justificação se dá pela Fé e Obras.

Diante de tantas dificuldades no processo de evangelização, principalmente com as interferências na organização missionária, é fundada, em 1622, a *Propaganda Fide* (da propagação da fé). Essa fundação dá grande impulso às

empresas missionárias, pois fornece os meios necessários para a realização das mesmas.

Surgem muitos missionários corajosos que enfrentaram verdadeiras epopéias para levar o Evangelho aos locais mais longínquos. Na América, destacam-se entre muitos Bartolomé de Las Casas que se converteu ao ouvir um sermão do Frei Antônio de Montessinos no advento de 1511, nele Montessinos afirmava ser a “voz que clama no deserto” dos corações dos espanhóis por tratarem de modo tão indigno os indígenas que eram seus irmãos. Las Casas se empenha na defesa das populações indígenas; Na Índia Francisco Xavier que evangeliza a Índia e o Japão; Mateo Ricci leva o evangelho à China. Bastam esses três nomes para dar uma idéia de que a Missão assume realmente proporções mundiais. O batismo era tido como grande sinal da conversão, bem como garantia de salvação, assim diz Francisco Xavier em uma de suas cartas, na qual fala sobre seu método de evangelização: “Batizei, num único mês, mais de dez mil crianças. Eis o meu método; quando chego às cidades de infieis que me pedem para ser convertidos ao cristianismo, reúno todos os homens e crianças da cidade num único lugar e, começando pela proclamação do Pai, do Filho e do Espírito Santo, levo-os a fazer por três vezes o sinal da cruz, assim como invocar as três Pessoas, confessando sua crença num único Deus. Recito em seguida o Confesso a Deus, depois do Credo, os Mandamentos, o Pater noster, a Ave Maria a Salve Regina. Todas traduzidas, há cerca de dois anos, para sua língua, e eu as sei de cor [...] Terminadas as preces dou-lhes em sua própria língua uma explicação dos artigos de fé e dos mandamentos da lei [...] então os batizo entregando a cada um o nome por escrito [...]” (COMBY, v.2, 2001, p. 67).

Outro fato digno de nota é a fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola. Vale lembrar que Francisco Xavier é um dos sete companheiros de Inácio a emitir o voto religioso. Os padres chamados Jesuítas foram de grande importância para a evangelização nas novas terras, especialmente no Brasil. Na América Espanhola o governo leva a sério a organização eclesial e cria 34 bispados entre os anos de 1511 e 1620. Destacam-se, sobretudo dois bispos célebres, o franciscano Zumárrada que foi bispo no México e Turíbio de Mongrovejo, bispo de Lima que mais tarde foi canonizado.

Nas Américas em geral se tratou a população como “tabula rasa” e se impôs o evangelho, é verdade que não faltaram, sobretudo missionários que tentaram

realizar uma evangelização diferente traduzindo texto para as línguas dos nativos e protegendo a dignidade dos mesmos como foi o caso de Las Casas. Os jesuítas, por exemplo, na região entre os três grandes rios (Paraná, Paraguai e Uruguai) tentaram pacificar populações indígenas nômades. Eles criaram reservas onde tais populações se tornaram sedentários e ficaram protegidas da exploração colonial. Proporcionaram uma vida comunitária alicerçada nos valores cristãos. No entanto, esta utopia Guarani não perdura muito tempo, a ambição dos colonizadores e supressão da ordem Jesuíta põe fim às reservas.

Assim, desde o início a evangelização na América foi marcada por estas contradições. O mesmo pode ser dito de toda a relação que se estabeleceu com as comunidades negras vindas da África. Pessoas exploradas e obrigadas a seguir o cristianismo. Sua luta foi tão árdua que no início os colonizadores ‘acreditavam’ que os negros não possuíam alma. Neste campo, também muitos missionários se empenharam em favor dos escravos como foi o caso de Pedro Claver na Colômbia, outros foram donos de escravos.

Com tantas frentes de trabalho missionário, a literatura missionária cresceu abundantemente. Foram inúmeras as publicações de diários de missionários em periódicos.

Com o passar do tempo produziu-se uma discordância que levou a uma crise da Missão. Foi a chamada ‘querela dos ritos’ (iniciada em meados do século XVII). Muitos passaram a questionar o fato de que o rito se impunha a todas as culturas, sem levar em conta realidades locais. Muitos missionários faziam experiências de adaptações, usavam inclusive a língua nativa ao invés do latim (COMBY, v.2, 2001, p. 77).

Junte-se à querela dos ritos, o declínio das colônias; a supressão da Companhia de Jesus; a Inglaterra aumenta seu poder marítimo, com isso diminui os espaços aos missionários católicos; surge na Grã-Bretanha a sociedade de missões protestantes e, por fim, a Revolução francesa conclui o esgotamento dos recursos bem como dos efetivos.

#### **2.3.4 A Terra de Santa Cruz**

O início da difusão do evangelho no Brasil merece uma consideração particular. O país faz parte do chamado ‘Novo Mundo’ ‘descoberto’ no século XVI



por navegadores europeus. O território brasileiro ficou com os descobridores portugueses, tornou-se assim colônia de Portugal. O lugar, no entanto, não era ‘terra de ninguém’, já existiam populações e culturas locais, numerosos povos indígenas com suas línguas e culturas próprias. Ao falar do início da evangelização no Brasil é necessário dizer que se trata de um país que traz nos ombros a marca da exploração e da escravidão.

#### 2.3.4.1 A intenção portuguesa

No Brasil é impossível pensar o projeto evangelizador separado do projeto colonial. Isso porque os missionários cristãos vieram junto com os colonizadores e em nome da Coroa portuguesa.

Sabe-se que Portugal estava muito interessado nas riquezas que a nova colônia poderia oferecer, deste modo, os nativos logo foram coagidos a se adaptarem à civilização.

Num primeiro momento os missionários vindos oferecem assistência religiosa aos colonizadores, em seguida inicia-se um processo que atualmente seria difícil chamar evangelização, respeitando-se a época pode-se dizer os olhos dos missionários voltaram-se para os indígenas. Estes eram ‘instruídos’ na cultura portuguesa e ao mesmo tempo ‘catequizados’. A catequização consistia em ‘amansar os índios’, ou seja, torná-los dóceis aos invasores.

Outro fato digno de nota é que a evangelização se deu em regime de Padroado, isso significa que o Rei (português) “é o primeiro responsável pela organização da atividade missionária e da administração da Igreja colonial” (INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE, 1981 p. 65). Assim, o interesse colonial é posto em primeiro lugar, o projeto evangelizador torna-se um instrumento precioso para o colonizador, pois justifica a ‘conquista’ lusitana.

O Padroado encontra sua razão de ser na bula “Romanus Pontifex” de oito de janeiro de 1454, do papa Nicolau V. Nela o romano pontífice concede ao rei português a autoridade para invadir, conquistar e subjugar quaisquer sarracenos ou pagãos, bem como, suas terras e bens, reduzindo-os à escravidão. Essa permissão é dada por direito “in perpetuum” ao rei e seus sucessores.

#### 2.3.4.2 Os ciclos evangelizadores

##### 2.3.4.2.1 Ciclo missionário litorâneo

Este ciclo dura dois séculos, entra em decadência em 1654 quando da expulsão dos holandeses. É o ciclo que acompanha a conquista e a ocupação do litoral da Terra de Santa Cruz, não apenas a zona de extração do pau-brasil, mas também, nas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar (INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE, 1981 p.63). Neste ciclo destacam-se, sobretudo os padres Anchieta e Nóbrega (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 43).

##### 2.3.4.2.2 Ciclo missionário sertanejo

É caracterizado pela ocupação do imenso interior do Brasil. Esta ocupação se deu, principalmente, através dos rios, particularmente do famoso rio São Francisco. É um ciclo marcado pela criação do gado como atividade econômica básica (INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE, 1981, p.64). Destacam-se aqui os capuchinhos, tais como Martinho de Nantes e os oratorianos (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 43).

##### 2.3.4.2.3 Ciclo missionário maranhense

Inicia-se com a expulsão dos franceses do Maranhão e projeta-se por toda a bacia Amazônica, ele perdura até a expulsão dos jesuítas e demais missionários do Maranhão e Amazônia no ano de 1758 (INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE, 1981 p.63). Destacam-se neste ciclo figuras importantes como os padres: Figueira, Vieira, Bettendorff, enfim, todos os jesuítas, como também outras ordens (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 43).

##### 2.3.4.2.4 Ciclo missionário mineiro

É caracterizado pela ausência das ordens religiosas, com isso, é um ciclo tipicamente laico e popular, trata-se do catolicismo das irmandades e dos ermitões (INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE, 1981 p.63). Destacam-se aqui

ermitões como Feliciano Mendes e Lourenço de Nossa Senhora (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 43).

#### 2.3.4.3 A pedagogia evangelizadora

Como acima se afirmou a evangelização se dá em parceria com o projeto colonial, esta parceria ficou conhecida como Padroado. No entanto, os projetos evangelizador e colonizador parecem não combinarem muito bem e muitas vezes houve tentativas de evangelização dos nativos e não de ‘civilização’.

##### 2.3.4.3.1 A convivência

É um processo de aldeamento. Foi recolhido um depoimento de um descimento, trata-se do ocorrido em 1624, é a ‘missão dos Mares Verdes. Nesta epopéia, dois jesuítas, João Martins e Antônio Bellavia desceram 450 indígenas para a aldeia cristã dos reis magos: “outro dia o principal (dos índios) apresentou ao padre a corda com a qual eles amarram os tapuias quando os matam, de modo que a nós nos parecia que o velho renunciava pouco a pouco *omnis pompis diaboli*, de que ficamos mui consolados. No cabo da consulta vestiu o padre o principal e deu outros vestidos a alguns, os mais velhos deles, com que se fez na aldeia universal festa. [Após este cerimonial de troca de presentes (o cerimonial do “resgate”) organiza-se a partida para a aldeia dos Reis Magos, verdadeiro paraíso messiânico aos olhos dos indígenas. O principal, parte dois dias antes, com os velhos, para não atrasar a marcha dos demais. O resto da marcha fica sob a autoridade dos padres que já assumem seu papel de “principais”]: Muitas vezes, quando passeávamos rezando pelo terreiro, vinham alguns a varrer onde caminhávamos e tirar os paus e pedras, que nos podiam fazer prejuízo. [Parte-se para a aldeia nova (cristã) após a destruição da antiga (pagã)]: Partiu o padre com a demais gente que ficava, após ter posto fogo às casas, a fim deles nunca mais se lembrarem delas, no que não mostraram nenhum sinal de tristeza, nem lágrimas, o que nos espantou, por serem as casas novas e mui formosas. [Mesmo as doenças que os padres transmitiram aos indígenas desde sua chegada foram interpretadas dentro desta ideologia messiânica por parte dos nativos]: Botaram eles estes males à boa parte, dizendo: “vamo-nos para o mar já que esta nossa terra é tão doentia”, não dizendo nem suspeitando que

nós porventura trazíamos conosco aqueles males, o que era mais provável. [O descimento pelo rio Doce foi sobremaneira penoso, mas os índios estavam animados]: Nunca se ouviu algum que se queixasse no meio de tantos trabalhos, coisa que em índios é mui rara e mui digna de notar. Verdade é que nós não deixávamos de os animar com as nossas práticas no tempo das missas, que dizíamos cada dia, com que eles e nós ficávamos consolados. [O final deste descimento é trágico: chegando os nativos à aldeia dos Reis Magos, eles são contaminados pelos demais]: Começaram estes Mares Verdes a adoecer delas (das bexigas), pouco apouco, dos quais muitos morreram, mas batizados e instruídos na fé...” (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 127).

Nas aldeias para as quais os nativos eram descidos buscava-se a convivência, através da qual se dá o processo evangelizador. Ali eram catequizados, além da formação religiosa recebiam uma doutrinação que os tornava dóceis ao sistema colonial. Trata-se, assim, mais de ‘amansar’ do que propriamente evangelizar os indígenas (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 126 -132).

#### 2.3.4.3.2 A visita

Trata-se de Santas missões que consistem na visita regular de um missionário a determinada comunidade (lugarejo, vila, fazenda, etc.). O missionário que vinha permanecia hospedado na casa de alguém influente do local, e, ali ouvia confissões e administrava os sacramentos. Trata-se de uma evangelização que se caracterizava pelas dimensões moral e sacramental (HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, 1983, p. 132 – 135).

#### 2.3.4.3.3 Problemas de aculturação da Igreja e o índio e da Igreja com negro

Desde a “descoberta” os índios que habitavam esta terra foram considerados uma raça inferior, sem cultura, enfim muito inferiores em relação aos colonizadores, isso não foi diferente no que se refere às populações negras trazidas de além mar. “Os povos indígenas e negros foram considerados gente de segunda classe, e sujeitos aos maiores crimes, indefesos diante do poderio oficial ou simplesmente do colono impiedoso e absoluto” (AZZI, 1987, p. 193).

Com relação aos indígenas, existe um testemunho do índio Mamboré-Açu, que foi recolhido no Maranhão, no século XVII, pelo capuchinho Claude d'Abbeville, nele pode-se observar os passos que foram sendo dados pelo sistema colonial português que praticamente anulou culturas ameríndias, assim se exprime o nativo: “vi a chegada dos peró [homens brancos] em Pernambuco e Potiú...De início, os peró não faziam senão trafica, sem pretenderem fixar residência. Nessa época dormiam livremente com as nossas raparigas, que os companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortaleza, para se defenderem, e edificarem cidades para morarem conosco. E assim, parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação” (AZZI, 1987, p. 194 – 195).

Com a ocupação do espaço a cultura indígena estava ameaçada de destruição. Assim prossegue Mamboré-Açu: “Depois começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento, e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários *paí* [sacerdotes]” (Ibidem). Aqui se pode observar a influência dos missionários sobre os colonizadores. Deste modo, “mandaram vir os *paí*, e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los” (AZZI, 1987, p. 194 – 195).

A colonização não se contenta com a acolhida dos povos indígenas. É o que se pode observar o testemunho que segue: “mais tarde afirmaram que nem eles nem os *paí* podiam viver sem escravos, para os servirem e por eles trabalharem. E assim se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhes. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos nossos, e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região” (AZZI, 1987, p. 195 – 196).

Neste testemunho de Mamboré-Açu fica clara a dificuldade que o processo evangelizador teve para reconhecer valor à cultura indígena e conseqüentemente impôs-lhe a cultura luso-cristã. Resta para os cristãos do Brasil um pecado cultural, social e religioso cometido contra os indígenas. A suposta superioridade dos colonizadores dizimou povos inteiros. A escravidão é marca que o Brasil carrega no seu coração, com relação ao índio e também ao negro.

Além do contato estabelecido com os nativos, a história brasileira está marcada pela presença da cultura africana. Muitos homens e mulheres foram trazidos da África para serem escravizados aqui. O tráfico de escravos negros no Brasil iniciou-se em meados do século XVI, diante da hostilidade indígena de deixar-se subjugar, a mão de obra fica a cargo de uma imensa população negra oriunda da África (AZZI, 1987, p. 201).

Ao chegarem, as populações negras foram obrigadas à catequese e o batismo. Elas, porém, não abandonaram sua cultura e religiosidade. Antes, ocultaram-na através da cultura lusa e ritos católicos. Segundo os autores a população negra fez um sincretismo, ou seja, continuou seu culto aos orixás através das imagens de santos católicos preservaram sua cultura, embora mesclada com as tradições culturais e religiosas alheias.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo traz o aspecto testemunhal da evangelização à luz da reflexão bíblico-teológica e apresenta sinteticamente a história da evangelização desde os primórdios do cristianismo até alguns acontecimentos no Brasil.

Esses aspectos são suficientes para mostrar a necessidade de investigar ainda mais esta área da Teologia, bem como resgatar a narrativa histórica de como a Igreja Católica se constituiu em terras brasileiras.

Com isso, é possível lançar luzes sobre a prática pastoral, particularmente no tocante às atividades de anúncio do evangelho em tempos de tanto anúncio explícito das verdades cristãs. O seguimento a Jesus Cristo marca a vida e a conduta do seguidor e, muitas vezes, as palavras, os discursos sobre o Mestre, podem esperar ou virem precedidos de prática.

### REFERÊNCIAS

A CARTA A DIOGNETO. Petrópolis: Vozes, 1976.

ALBERIGO, Giuseppe. **A Igreja na História**. São Paulo: Paulinas, 1999.

AZZI, Riolando. **A Crisandade Colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

CESCA, Olivo. **Itinerário da Encarnação**. Porto Alegre: Equipe Regional de Catequese, 1980.

COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja I: das origens ao século XV**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Para ler a História da Igreja II: do século XV ao século XX**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DICIONÁRIO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE TEOLOGIA. São Paulo: Paulus, 1993.

DICIONÁRIO DE ESPIRITUALIDADE. São Paulo: Paulinas, 1989.

DICIONÁRIO PATRÍSTICO E DE ANTIGUIDADES CRISTÃS. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOCUMENTOS DA IGREJA. **Documentos de João XXIII**. São Paulo: Paulus, 1998.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA SOBRE A EVANGELIZAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Paulinas, 1976.

FORTE, Bruno. **A Missão dos Leigos**. São Paulo: Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Trindade como história**. São Paulo: Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o Cristianismo?**. São Paulo: Loyola, 2003.

GALILEA, Segundo. **Evangelização na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1976.

HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II/1, Petrópolis: Vozes e Paulinas, 1983.

INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE. **A pastoral da juventude no Rio Grande do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1981.

KLINGE, Germán Doig. **De Rio a Santo Domingo**. Lima, Peru: VE, 1993.

LACOSTE, Jean-Yves. **Dicionário Crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas & Vozes, 2004.

LITURGIA DAS HORAS. v. 3. Brasil: Vozes, Paulinas, Paulus e Ave-Maria, 1995.  
MESTERS, Carlos. **Paulo apóstolo: um trabalhador que anuncia o Evangelho**. 8 ed. São Paulo: Paulus, 2004.

MONDONI, Danilo. **Teologia da Espiritualidade Cristã**. São Paulo: Loyola, 2000.

NOVA HISTÓRIA DA IGREJA I. **Dos Primórdios a São Gregório Magno.** Petrópolis: Vozes, 1984.

PIÉ-NINOT, Salvador. **Introdução à Eclesiologia.** São Paulo: Loyola, 1998.

POR UMA IGREJA TODA MISSIONÁRIA. **Breve curso de Missiologia.** 2 ed. Florianópolis: Jornal Missão Jovem, [20--?].

RAZÃO E FÉ. v. 2, n. 2 – julho a dezembro. Pelotas: EDUCAT, 2000.

SANTOS, Manoel Augusto. **Concílio Vaticano II: 40 anos da Lumem Gentium.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SANTOS, Manoel do Rosário dos. **Jesus Evangelizador.** 2 ed. Brasília: Nova Evangelização, 1993.

SECONDIN, Bruno. **Curso de Espiritualidade.** São Paulo: Paulinas, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.